

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 025/2016

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 1ª de março de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.175487/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.9774/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.69329/2015, da Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.156333/2013, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 1.5. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.140285/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.6. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.80457/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.7. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.17476/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.8. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.200865/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.9. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.243777/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.10. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.114667/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.11. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.191480/2013, da Promotoria de Justiça Regional de Jequié;
- 1.12. Procedimento Ministerial SIMP nº 331.0.18201/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.13. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.157503/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.14. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.98386/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.15. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.185326/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.16. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.109097/2011, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.17. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.71054/2014, da Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.18. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.18601/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.19. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.114276/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.20. Inquérito Civil SIMP nº 242.0.180795/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;

- 1.21. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.234535/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.22. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.76902/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.34053/2015, da Promotoria de Justiça de Coaraci;
- 1.24. Procedimento Ministerial SIMP nº 720.0.234887/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.25. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.48770/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.26. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.130933/2012, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Guanambi;
- 1.27. Procedimento Ministerial SIMP nº 190.0.238021/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.28. Procedimento Ministerial SIMP nº 083.0.49490/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;
- 1.29. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.99258/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.30. Inquérito Civil SIMP nº 709.0.75981/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.31. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.161765/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
- 1.32. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.241390/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.33. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.244962/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.34. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.27192/2009, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.35. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.117769/2009, da Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 1.36. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.227843/2012 da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.37. Inquérito Civil SIMP nº 083.0.202432/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;
- 1.38. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.123172/2015 da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.39. Inquérito Civil SIMP nº 677.0.126256/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.40. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.75427/2010 da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.112194/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.42. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.180951/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.43. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.140958/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.44. Inquérito Civil SIMP nº 677.0.24599/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

- 1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.95558/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.46. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.152970/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.47. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.51966/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.48. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.218867/2014, da 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania;
- 1.49. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.108978/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.50. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.264620/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.51. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.134916/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.52. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.125084/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.53. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.60198/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.54. Inquérito Civil SIMP nº 706.0.126378/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
- 1.55. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.97778/2014, do Grupo de Atuação Especial da Saúde – GESAU;
- 1.56. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.58182/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.57. Inquérito Civil SIMP nº 674.5.100426/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.58. Inquérito Civil SIMP nº 331.0.234299/2013, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.59. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.214406/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.60. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.113869/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.61. Inquérito Civil SIMP nº 656.0.207311/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 1.62. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.195584/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.63. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.213232/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.72892/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Itabuna;
- 1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.64192/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.66. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.36276/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.67. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.185943/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 1.68. Procedimento Ministerial SIMP nº 331.0.18304/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;

- 1.69. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.171968/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.70. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.182412/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.71. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.46562/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.72. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.174637/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.73. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.94019/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.74. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.202455/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.75. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.139852/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 1.76. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.143773/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.77. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.78931/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.78. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.30718/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.79. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.212301/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.80. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.256929/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.212969/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.82. Inquérito Civil SIMP nº 170.0.177718/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;
- 1.83. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.5604/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.84. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.112719/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.133395/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.86. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.32464/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Mata de São João;
- 1.87. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.88199/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Capital;
- 1.88. Inquérito Civil SIMP nº 025.0.180610/2009, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;
- 1.89. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.102261/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.90. Inquérito Civil SIMP nº 198.0.23844/2008, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
- 1.91. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.22319/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.92. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.171362/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.93. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.139334/2015, da 5ª Promotoria

de Justiça de Senhor do Bonfim;
1.94. Inquérito Civil SIMP nº 198.0.168272/2008, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
1.95. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.149534/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.96. Inquérito Civil SIMP nº 681.0.240806/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
1.97. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.1746/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

SALA DAS SESSÕES, 1º de março de 2016.

MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL

Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA

Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Zuval Gonçalves Ferreira; João Paulo Cardoso de Oliveira; Aivaldo Guimarães Cidade; Márcia Regina dos Santos Virgens; Marco Antônio Chaves da Silva; Adriani Vasconcelos Pazelli; Aurisvaldo Melo Sampaio.////////